

Da estatística aos dados: ordenamentos da vida em cidades^a

From statistics to data: orderings of life in cities

ADRIANA LIMA DE OLIVEIRA^b

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo – SP, Brasil

LUCAS DE VASCONCELOS TEIXEIRA^c

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo – SP, Brasil

TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF^d

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo – SP, Brasil

^aEste artigo é uma versão revisada e atualizada do trabalho apresentado no GP Consumos e Processos de Comunicação, no XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), realizado em 2020, e conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – código de financiamento 001.

^bDoutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Integrante do grupo de pesquisa em Comunicação, Discursos e Biopolíticas do Consumo (Biocon). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3731-0611>. E-mail: publicidade.dri@gmail.com

^cDoutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM), em que foi bolsista Capes-Prosop. Mestre pelo mesmo programa. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo (USP). Integrante do grupo de pesquisa Biocon. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3890-0747>. E-mail: lvteixeira@gmail.com

^dProfessora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM) e doutora pela USP. Coordenadora do grupo de pesquisa Biocon. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3619-034X>. E-mail: thoff@espm.br

RESUMO

Abordamos as transformações dos ordenamentos do consumo a partir das mudanças ocorridas na passagem da cidade moderna para a pós-moderna. Temos como objetivo problematizar as inter-relações comunicação, consumo e cidade, à luz da noção de biopolítica, buscando evidenciar como emergem os modos de vida em cada um dos referidos momentos sócio-históricos. Para tanto, analisamos, a partir das representações teóricas do *flâneur*, do transeunte e do cidadão conectado global, os modos de vida e a constituição dos sujeitos. Essas reflexões permitem observar o engendramento das lógicas do capitalismo nos ordenamentos da vida, sobretudo na produção de subjetividades implicadas nas transformações da cidade.

Palavras-chave: Comunicação e consumo, cidade, biopolítica, dataficação, constituição de subjetividades

ABSTRACT

We approach the transformations of consumption orderings based on the changes that occurred in the transition from the modern to the postmodern city. We aim to problematize the interrelationships of communication, consumption and city, in the light of the notion of biopolitics, seeking to show how the ways of life emerge in each of the aforementioned socio-historical moments. In order to do so, we analyzed, from the theoretical representations of the *flâneur*, the passerby and the global connected citizen, the ways of life and the constitution of subjects. These reflections allow us to observe the engendering of the logics of capitalism in the orderings of life, especially in the production of subjectivities involved in the transformations of the city.

Keywords: Communication and consumption, city, biopolitics, datafication, constitution of subjectivities

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p269-287>

V.17 - Nº 1 jan./abr. 2023 São Paulo - Brasil OLIVEIRA | TEIXEIRA | HOFF p. 269-287

MATRIZES

269



EM 1840, NO conto “O Homem das Multidões”, Poe descreve o quão aprazível e voraz era contemplar a multidão vista de um café, e ainda mais embrenhar-se no tumultuoso mar de cabeças humanas. É de se imaginar como Poe escreveria a passagem da perseguição ao desconhecido velho decrépito nos tempos atuais, já que a figura não circula mais (não somente) em meio aos transeuntes, mas no turbilhão de dados da grande rede conectada global. Continuaría sendo em vão segui-lo? Nada se saberia dele ou sobre seus atos?

Essa inquietação inicial nos fez perscrutar o viver nas cidades. As pistas de “O Homem das Multidões” nos guiaram até este trabalho, no qual abordamos alguns aspectos do viver nas metrópoles a partir das transformações ocorridas na passagem da modernidade para a pós-modernidade, considerando as articulações entre comunicação, consumo e cidade. Assim, problematizamos essas inter-relações à luz da noção de *biopolítica*, buscando evidenciar como, em cada um dos momentos sócio-históricos estudados, emergem ordenamentos do consumo que configuram modos de vida e de constituição de subjetividades.

Na passagem da modernidade para a pós-modernidade, a cidade torna-se palco das mais variadas investidas, não somente de ordem arquitetônica e urbanística, mas também de toda sorte de intervenções econômicas, socioculturais e biopolíticas. Como epicentro de aspirações e inspirações humanas, a cidade é organismo vivo que abriga formas diversas de interação. A constituição dos sujeitos que habitam a cidade se dá no uso do espaço urbano e nos modos de apropriação dos lugares, bem como nas interações propiciadas por processos comunicacionais, práticas discursivas e sociais. Nesta perspectiva, desfiar os fios que tecem as relações entre cidade e biopolítica na modernidade e pós-modernidade é tarefa que requer conceber comunicação e consumo como aspectos indissociáveis na análise/crítica da sociedade.

Compreendemos consumo como um fenômeno sociocultural amplo e complexo, cujos ordenamentos ocupam lugar preponderante na conformação da vida e do sujeito moderno e pós-moderno. Segundo Rocha et al. (2016), o consumo tem organicidades e processualidades, contemplando os polos distintos e dialógicos da produção e da recepção, que ordenam a vida urbana desde as práticas sociais e discursivas. O consumo, em intrincada articulação com processos comunicacionais midiáticos, caracteriza-se como lócus de questionamentos sobre as biopolíticas engendradas no desenvolvimento do capitalismo desde a modernidade.

Neste artigo, a noção de biopolítica, desenvolvida por Foucault e por alguns dos estudiosos de seu pensamento que a atualizam, é um dos veios teóricos que mobilizamos para refletir sobre o desenvolvimento das cidades, a experiência da vida urbana construída a partir de regulações, práticas cotidianas, regimes de comunicação, formas de interação, de inclusão e de exclusão, dentre tantos

outros aspectos, que produzem e conformam o sujeito em cada um dos períodos sócio-históricos aqui estudados. Assim, tanto o *flâneur* e o transeunte da modernidade como o conectado da pós-modernidade representam uma espécie de sujeito ideal/tipo que nos permite desvelar os ordenamentos do consumo.

O biopoder clássico, tal como formulado por Foucault (1985, 2001, 2002, 2008), compreende uma dupla forma: (1) uma anátomo-política do corpo, ou seja, uma disciplina corporal; e (2) uma biopolítica das populações (qualidade biológica das populações), vinculada ao fortalecimento do Estado, à medicalização e à normalização da sociedade.

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas um conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. (Revel, 2005, p. 26)

Deste modo, a biopolítica organiza os acontecimentos da vida e promove modos de viver em abrangência massiva, ou seja, consiste, desde sua concepção, no modo como o poder institucionalizado, por meio de projetos governamentais dirigidos a toda a população, define processualidades racionalizadoras, as quais regulam e ordenam a vida das populações.

O modo de atuação do governo disciplinar requer um conjunto de técnicas que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, e operam de modo intersticial na vida das populações, de modo que os meios de comunicação massiva, a razão instrumental do capitalismo e as lógicas do consumo conformam um complexo conjunto de estratégias de divulgação e disseminação da biopolítica.

No que se refere à constituição da vida na metrópole moderna, o espraio dos ordenamentos do consumo na sociedade se dá concomitantemente a processos de produção e de comunicação massivos, os quais, como metanarrativas do consumo, propagam os valores do capitalismo e, em consonância, as biopolíticas. Do ponto de vista das lógicas de produção do sistema do consumo, é preciso também considerar que a comunicação midiática dissemina narrativas promotoras dos ordenamentos biopolíticos do consumo.

Rabinow e Rose (2006) argumentam que seria “equivocado simplesmente projetar as análises foucaultianas como um guia futuro para o nosso contexto presente e suas possibilidades” (p. 38), visto que a sociedade contemporânea

abriga significativas transformações, operadas ao longo da segunda metade do século XX, que a distinguem daquela sociedade a partir da qual o filósofo teria formulado seu conceito de biopolítica:

Foucault estudou a emergência de formas de poder no século XVIII, sua transformação no século XIX, e em alguma – limitada – medida um exame das formas que tomaram forma no fim do século XIX. As racionalidades, estratégias e tecnologias do biopoder mudaram ao longo do século XX, assim como a administração da saúde e da vida coletiva tornou-se um objetivo chave de Estados governamentalizados, e novas configurações da verdade, do poder e da subjetividade surgiram para dar suporte às racionalidades do bem-estar e da segurança, assim como aquelas de saúde e higiene. (Rabinow & Rose, 2006, p. 38)

Os autores enfatizam a importância de analisarmos o que significa a biopolítica hoje, num cenário de biotecnologias e de atentarmos “às peculiaridades, às pequenas diferenças, aos momentos nos quais mudanças na verdade, na autoridade, na espacialidade ou na ética fazem diferença hoje se comparadas a ontem” (Rabinow & Rose, 2006, p. 39). Lemke (2018) argumenta na mesma direção: “os processos biopolíticos atuais baseiam-se em um saber sobre o corpo e sobre os processos biológicos transformado e ampliado” (p. 165), de modo que se torna necessário problematizar a capitalização da vida na contemporaneidade.

Assim, mobilizamos estudiosos da comunicação, consumo e cidades, bem como da história, geografia e filosofia para fundamentar os debates a partir das articulações propostas. Para tanto, delimitamos nossas reflexões a alguns aspectos das representações teóricas do *flâneur* parisiense, do transeunte brasileiro e do cidadão conectado global que descortinam a dimensão biopolítica dos ordenamentos do consumo.

O FLÂNEUR E O TRANSEUNTE NA CIDADE MODERNA

Por algum tempo, em torno de 1840, foi de bom-tom levar tartarugas a passear pelas galerias. De bom grado, o flâneur deixava que elas lhe prescrevessem o ritmo de caminhar.
– W. Benjamin, *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*

A epígrafe desta seção mostra uma forma de protesto contra o ritmo imposto pelo capital em pleno desenvolvimento da modernidade. Em olhar retrospectivo,

Benjamin identificou, na Paris da belle époque, a manifestação de um novo sensorio da sociedade de consumo, em que o sujeito é mediado pela mercadoria e seu consumo material/simbólico é revestido por narrativas. O autor vislumbrou uma cidade em transformação rumo à modernidade, na qual as casas comerciais configuravam-se como o último refúgio do *flâneur*, que “errava pelo labirinto das mercadorias assim como antes pelo labirinto da cidade” (Benjamin, 1991, p. 82). A paisagem urbana modificando-se dramaticamente despertava a curiosidade do *flâneur* e das multidões.

Contudo, a *flânerie* logo precisou mudar de passo, uma vez que a aceleração do ritmo de vida é um dos traços característicos da modernidade. De acordo com Koselleck (2006), antes mesmo do aumento drástico do alcance dos meios de comunicação, a aceleração já havia se tornado um modo de vivenciar o tempo. Em suas reflexões críticas, Berman (1986) argumenta que a modernidade se caracteriza por uma abundância de possibilidades de transformação de si e do mundo em meio a uma grande ausência de valores e perda de raízes.

Douglas e Isherwood, em perspectiva antropológica, também abordam este processo de engendramento de uma sociedade cuja centralidade repousa nas possibilidades de consumo, quando descrevem que as decisões de consumir passam a constituir fonte vital das transformações da cultura. Assim,

... as pessoas criadas numa cultura particular a veem mudar durante suas vidas: novas palavras, novas ideias e maneiras. A cultura evolui e as pessoas desempenham um papel na mudança. O consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma. (Douglas & Isherwood, 2006, pp. 102-103)

Ao refletir sobre a vida moderna, Simmel (2005) pontua a luta do indivíduo para não ser apenas um número, uma mão de obra braçal. É o que o autor define como o predomínio e distanciamento da cultura objetiva em relação à subjetiva. Nesta visão, o sujeito como ser cultural que constitui o espírito subjetivo torna-se pequeno diante daquilo que o autor chama de “uma organização monstruosa de coisas e potências”, cujo cenário é a grande cidade e que

... alimenta-se quase que completamente da produção para o mercado, isto é, para fregueses completamente desconhecidos, que nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Com isso, o interesse das duas partes ganha uma objetividade impiedosa, seus egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais. (Simmel, 2005, p. 579)

As relações humanas nas grandes cidades de economia monetária (Simmel, 2005) apresentam-se reificadas, com caráter objetivo e impessoal, em um processo fetichista em que se perde a referência de quem produziu determinado bem. Uma vez inseridos no sistema capitalista, os indivíduos, particularmente os trabalhadores assalariados, passam a ser demandados como consumidores.

Isto é derivado, entre outros fatores, da Revolução Industrial, que promoveu uma reorganização da base produtiva, gerando “uma transformação profunda nos modos de vida e nas relações sociais. ... O ‘mercado’ passa a ser um dos eixos centrais por onde gravitam as atividades da metrópole” (Rocha et al., 2013, p. 44). A formação do mercado mundializado (Berman, 1986) torna a produção e o consumo cada vez mais internacionais e cosmopolitas. Neste espriamento do mercado para se tornar global houve, conseqüentemente, reverberações do outro lado do Atlântico, sentidas principalmente nas grandes cidades.

Desta feita, os principais centros urbanos brasileiros também viveram a sua belle époque: período não somente de pujança econômica, mas de mudanças sociais e novidades culturais. Hábitos importados da Europa caíram no gosto dos cidadãos – ou nem tanto assim. Por exemplo, na virada do século XIX para o XX, um dos principais pontos de encontro dos habitantes de São Paulo era o Café Guarany, que, em 1900, ampliou suas instalações para comportar mais uma das novidades europeias, o restaurante. Abertura comunicada por meio de cartazes e anúncio no jornal *Correio Paulistano* (Restaurante e Café Guarany, 1900) de uma iguaria tipicamente europeia da época: a sopa de filé de tartaruga (Figura 1). Este caso de importação de costumes de uma cidade que se projetava como cosmopolita não afastou o inusitado, para os paulistanos que flanavam pelos arredores do estabelecimento, de se deparar com o prato principal vivo e saudável na vitrine do café dias antes de se transformar em sopa (Loureiro, 2015).

Figura 1

Anúncio Correio Paulistano, edição 13.201, de 3 de junho de 1900



Nota. Hemeroteca Digital Brasileira.

O advento da modernidade no Brasil pode ser concebido a partir do olhar sobre a cidade de São Paulo, que capitaneava a produção e exportação de café, impulsionando modificações – ainda que lentas – nos modos de produção agrária e urbana, ampliando as redes de transporte e engendrando novas sociabilidades. Para escoar safras cada vez maiores e trazer produtos demandados pela burguesia endinheirada da “metrópole do café”, como era conhecida, o trote moroso dos tropeiros já não era suficiente. Assim, uma certa racionalidade técnica da modernidade chegava ao Brasil por causa do café. Pelos trilhos da São Paulo Railway, a Serra do Mar era transposta. Era o homem superando os obstáculos da natureza por meio da tecnologia e da ciência: a máquina – o motor a vapor – consistia na principal inovação do século XIX (Hobsbawm, 2009), transformando o imaginário, a comunicação e as cidades, bem como promovendo a representação de um mundo construído pelo homem. A circulação de pessoas, informações e mercadorias, que antes ocorria no ritmo da tração animal, acelerou-se. Para Hobsbawm, antes da revolução a vapor, a maioria das pessoas vivia e morria na cidade ou vila onde nascia. E, por isso, tinham a impressão de que o mundo era “incalculavelmente grande”.

Nesta perspectiva, o advento da modernidade em São Paulo – sua transformação de cidade colonial em moderna/capitalista – coincidiu com a intensificação do comércio mundial, movimentos de imigração (chegada de estrangeiros para mão de obra qualificada, ainda que para o setor agrícola, monocultor), ampliação das ferrovias, êxodo rural tanto da população recém-egressa da escravidão quanto de parte dos imigrantes que, iludidos pela ideia da terra prometida que não se cumprira nos campos do interior do Brasil, sem conhecimentos da língua, recursos ou condições para retornar ao país de origem, tentavam a sorte nas grandes cidades (Sevcenko, 1992).

Desta feita, a transição de uma sociedade rural e escravocrata para uma industrial e assalariada não foi tranquila em uma cidade que, de acordo com Sevcenko, cresceu 5.479% entre 1872 e 1934.

De tal modo o estranhamento se impunha e era difuso, que envolvia a própria identidade da cidade. Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café. ... Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (Sevcenko, 1992, p. 31)

Esse dilema que os habitantes da cidade enfrentaram retrata, segundo Berman (1986), a dicotomia da modernidade, a sensação de viver em dois mundos. Conforme Carone (2002), o estranhamento era tal que as crianças se assustavam ao ver que os estrangeiros também possuíam cinco dedos em cada uma das mãos.

Novamente recorreremos à leitura de Benjamin (1991) sobre a Paris capital do século XIX, que, com a reforma urbana capitaneada por Georges-Eugène Haussmann, ganhou grandes avenidas que racionalizaram e higienizaram o espaço e reduziram a força das barricadas e dos levantes populares, além de tornarem Paris “uma cidade estranha para os próprios parisienses. [Eles] Não se sentem mais em casa nela. Começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole” (Benjamin, 1991, pp. 41-42). Modificar as vias públicas da urbe traz consequências profundas, seja na Europa ou no Novo Mundo. Sevckenko (1992) relata que, em São Paulo, quando a prefeitura asfaltou a Avenida Paulista no início do século XX, criou-se a primeira via de piso uniforme e contínuo da cidade. Esta foi usada como pista de corrida pelos mais abastados, que já possuíam automóveis. Por não haver qualquer regulamentação de trânsito, os atropelamentos sem punição eram comuns – uma verdadeira “caça ao pedestre”, ao transeunte acuado. De acordo com o autor, é na década de 1920 que ocorre o boom dos automóveis, “bloqueando com seu volume os estreitos espaços de circulação da área central e transformando a cidade num autêntico inferno” (Sevckenko, 1992, p. 74).

Segundo Frehse (2011), a rua não é apenas um componente, mas um elemento central das cidades modernas, o palco dos modos de vida das nações, uma metonímia da cidade, um espaço de consolidação do capitalismo no Brasil – e também de exclusões sociais. Seja caminhando a pé em ritmo frenético, ou utilizando-se do transporte viário e recebendo informações visuais dos outdoors¹ pelo trajeto, o transeunte já tinha incorporado a dinâmica da metrópole – diferentemente do *flâneur*, que experienciava o estranhamento na fruição da cidade.

“Em suas andanças, o homem da multidão aterrissa, tarde, num café ainda bastante frequentado. Aí ele se comporta como um freguês” (Benjamin, 1991, p. 82). Como no conto “O Homem das Multidões”, de Edgar Allan Poe, o *flâneur* e o transeunte se encontram em espaços de consumo semi-públicos, nos quais se tinha alguma privacidade e ao mesmo tempo se observava o desenrolar da vida urbana. “O texto de Poe torna inteligível a verdadeira relação entre selvageria e disciplina. Seus transeuntes se comportam como se, adaptados à automatização, conseguissem se expressar somente de forma automática. Seu comportamento é uma reação a choques” (Benjamin, 1994, p. 126). É a visão das marés humanas ao anoitecer que faz o narrador do conto se desinteressar do que se passava no café para contemplar a cena das ruas.

¹De acordo com Pinto e Oliveira (2007), a Nestlé, com o Leite Ninho, foi o anunciante pioneiro no Brasil dos outdoors confeccionados pelo processo de impressão chamado gigantografia (32 folhas, que proporciona a dimensão de mural) na década de 1960.

O cenário que se constrói evidencia como a modernidade penetra nos interstícios da vida cotidiana e faz emergirem técnicas disciplinares, as quais, dirigidas à população contabilizada por meio da estatística, atuam num contínuo exercício de adestrar e coordenar os corpos, a multidão. Neste sentido, o desenvolvimento das metrópoles, em confluência com o engendramento da sociedade do consumo, dissipou as bases de identidades estáveis devido ao estímulo à mobilidade, à racionalidade instrumental dos processos de produção, à reprodutibilidade técnica das mercadorias, dentre outras transformações.

A CIDADE PÓS-MODERNA E A EMERGÊNCIA DO HOMEM CONECTADO

A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais totalizantes são a marca do pensamento pós-moderno.

–D. Harvey, *Condição pós-moderna:*

Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural

Smart cities atraem smart citizens, e smart citizens atraem smart money.

–E. Morozov & F. Bria, *A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia*

O ritmo das ruas acelera-se na pós-modernidade. David Harvey (2009), geógrafo que se debruçou sobre a condição de mudanças nas práticas sociais, culturais e político-econômicas que, de alguma forma, não encontravam mais respaldo no conceito de modernidade, aponta que essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. A ascensão de formas culturais pós-modernas tem relação com, pelo menos, dois fatores: (1) a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital; e (2) um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. No entanto, do ponto de vista da acumulação capitalista, segundo o autor, essas mudanças mostram-se mais como transformações de aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-industrial inteiramente nova.

Harvey (2009) dá ênfase à arquitetura e às artes, entendendo-as como principais articuladoras desse movimento pós-moderno. O processo começa com a era de ouro do pós-guerra (anos 1950), passa pelo desencantamento do mundo, com a emergência de ditaduras e toda forma de opressão operária e mercantil (anos 1960), até chegar na década seguinte (anos 1970), em que temos um indício de mudança, com movimentos que deixam de ser anti-modernistas e passam a se denominar pós-modernistas.

²Harvey (2009) comenta que Raban, ao contrário dos escritos críticos e oposicionistas sobre a vida urbana que falam da cidade como uma “enciclopédia” ou “empório dos estilos” (homogênea), responde com a ideia da cidade como “um livro de rabiscos”, cheio de itens coloridos e sem nenhuma relação entre si e menos ainda um esquema determinante, racional ou econômico (heterogênea).

Soft City, livro escrito por Jonathan Raban em 1974, é um expoente desse movimento ao rejeitar a “concepção de uma cidade rigidamente estratificada por uma ocupação e classe, descrevendo, em vez disso, um individualismo e um aprendimentismo² disseminados em que as marcas da distinção social eram conferidas em larga medida pelas posses e pelas aparências” (Harvey, 2009, p. 15).

A cidade concebida por Raban é um lugar demasiado complexo para ser disciplinada:

... a cidade tal como imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias da sociologia urbana, da demografia e da arquitetura. (Harvey, 2009, pp. 9-10)

Em contraponto a essa imagem da cidade da disciplina e da imaginação, observamos a ascensão dos dados ou da “dataficação social” (Couldry, 2019), ou seja, a pressão sentida atualmente para converter todos os aspectos da vida em dados, dos quais valores econômicos, em especial, podem ser extraídos.

O pós-modernismo, neste contexto, contrasta com a ideia (modernista) do universal – identificada com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional das ordens sociais ideais e com a padronização do conhecimento e da produção – ao privilegiar a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição dos discursos culturais. Não obstante, se o modernismo era percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, não nos parece que essa narrativa tenha mudado na forma como a infraestrutura de dados têm orientado a nova ordem social contemporânea.

As novas tecnologias produtivas e a intensificação dos processos de racionalização e otimização do trabalho têm influência direta nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir. A volatilidade que toma forma na pós-modernidade e dificulta qualquer planejamento de longo prazo, que requer adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta às mudanças do mercado, ganha novos contornos a partir da incidência dos algoritmos, e vemo-nos progressivamente diante de futuros “preditivos”. Em outras palavras, se “tudo que é sólido desmancha no ar” (Berman, 1986) – fazendo alusão à perspectiva teórica que considera a imaginação moderna capaz de renovação e transformação infinitas – o que desponta no contemporâneo é a formação de um “nevoeiro” (Wisnik, 2018) de dados em que a prevalência da informação digital e genética modulam nossa sensibilidade e afetam nossa percepção do mundo.

Não obstante, toda essa movimentação imposta pela aceleração do tempo e a fragmentação do espaço não implica o decréscimo da significação do território.

A produção de lugares dotados de valores (qualidades especiais) se torna um importante trunfo na competição entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios. Nesse contexto, podemos melhor situar o esforço das cidades para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição atrativa ao capital.

Nestes espaços urbanos da metrópole pós-moderna conformam-se novas dinâmicas sociais: o sujeito das estatísticas que emerge na modernidade é reificado pelos dados da pós-modernidade, constituindo um sujeito de “um tempo sem tempo” (Crary, 2014), um tempo sem demarcação material ou identificável, um tempo sem sequência nem recorrência. Em suma, reflete uma “condenação e depreciação da fraqueza e da inadequação do tempo humano, com suas tessituras confusas, irregulares” (Crary, 2014, p. 39).

O aspecto nefasto desse “tempo sem tempo” que Crary, aludindo ao total das horas do dia em uma semana, denominou *24/7* está na incompatibilidade que desvela, na disparidade entre o mundo-da-vida humano e a ideia de um universo “aceso e sem interruptores” (Crary, 2014, p. 40) – em contraste com as oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso da concepção fordista. O risco que Harvey apontava, na passagem da modernidade para a pós-modernidade, de nossos mapas mentais não corresponderem à realidade corrente, pode ser desvelado com o *não tempo 24/7* contemporâneo que se insinua incessantemente em todos os aspectos da vida social e pessoal.

Tal como Harvey assinalava para uma mudança apenas de aparência superficial, Crary fala de um dos pressupostos mais “tediosamente repetidos” em discussões a respeito da cultura tecnológica contemporânea: a de que “teria ocorrido um deslocamento histórico em um intervalo de tempo relativamente curto, no qual novas tecnologias de informação e comunicação teriam suplantado um amplo conjunto de formas culturais mais antigas” (Crary, 2014, p. 44). Para o autor, a concepção da mudança tecnológica como um processo semiautônomo, impulsionado por um processo de *autopoiesis* ou de auto-organização, faz muitos aspectos da realidade social contemporânea serem aceitos como circunstâncias necessárias, inalteráveis, como se fossem dados da natureza, e omite as “técnicas mais importantes inventadas nos últimos 150 anos: os diversos sistemas para a administração e controle dos seres humanos” (Crary, 2014, p. 45). Assim, a forma que a inovação assume no capitalismo contemporâneo é a da “simulação contínua do novo”, enquanto as relações de poder e controle permanecem, na prática, as mesmas.

Se no século XX boa parte da organização da sociedade de consumo esteve ligada às formas de regulação e obediência social, no contemporâneo,

a administração do comportamento econômico é idêntica à formação e perpetuação de indivíduos maleáveis e submissos. Essa condição de submissão é reforçada pelo temor do fracasso social e econômico, o medo de ficar para trás ou de fora, de ser considerado antiquado ou inadequado. Os ritmos do consumo reforçados pela tecnologia são inseparáveis de uma exigência cada vez maior de autoadministração contínua do sujeito. Ainda que as relações de poder e controle permaneçam, elas adquirem outros contornos a partir de uma nova racionalidade (Dardot & Laval, 2016): o neoliberalismo.

Esse cenário revela uma regulação fortemente pautada pela concorrência e, fazendo alusão às ideias elaboradas por Foucault, “uma estratégia sem estrategista ou sem estratégia” (propriamente dita):

... primeiro, há as práticas, frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre os quais, em primeiro lugar, as técnicas disciplinares) e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma direção global, sem que ninguém seja o instigador desse impulso na direção de um objetivo estratégico. (Dardot & Laval, 2016, p. 192)

Neste novo regime, o indivíduo é o único responsável por seu destino; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. E, levando em consideração essa determinação tecnológica, evidencia-se a busca pela conexão infinita como forma de pertencimento. Se na sociedade do consumo existe uma razão economicista aplicada a toda esfera da ação privada e pública, isto é, a análise de custo-benefício a todo o comportamento humano; na sociedade da informação, a tecnologia cumpre essa função por meio dos algoritmos, o que permite eliminar a separação entre política, sociedade e economia e, ao mesmo tempo, unificá-las em torno da tecnologia.

Essa “pragmática geral” (Dardot & Laval, 2016) apresenta-se indiferente às origens partidárias, trata-se tão somente de “boa governança, boas práticas e globalização”. Crary (2014) nos alerta sobre o fato de que a privatização e a compartimentalização de nossas atividades nessas esferas dataficadas, ou seja, regidas por dados e algoritmos, podem sustentar a ilusão de que podemos “ser mais espertos do que o sistema” e planejar uma relação superior com essas tarefas, mais empreendedoras ou aparentemente menos comprometidas. Não cabe mais, a partir das considerações do autor, acreditar na afirmação de que a tecnologia contemporânea é algo neutro ou apenas um conjunto de ferramentas que pode ser usado de diferentes maneiras, inclusive a serviço de uma política emancipatória.

Entretanto, o conceito *smart* emerge como o mais proeminente a conquistar a imaginação pública na última década e o mais fértil para tratar essa questão,

pois apresenta-se atrelado à ideia de emancipação e de autonomia. Termos como “*smart cities*” (cidades inteligentes) e “*smart citizens*” (cidadãos inteligentes) são comumente utilizados para qualificar territórios e seus cidadãos. A ideia de uma interação total entre pessoas e máquinas aponta para a eficiência da tecnologia como algo capaz de catalizar o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que promoveria a qualidade de vida nos centros urbanos.

Segundo Morozov e Bria (2019, p. 20), que se debruçaram sobre a questão das *smart cities*, tudo indica que “as infraestruturas tecnológicas configuradas de modo mais alinhado com os dogmas do neoliberalismo dificultarão as experimentações de cidades com políticas e medidas econômicas não liberais”. Isso vai de encontro com a nova racionalidade do mundo, de que trataram Dardot e Laval (2016) e com um novo ordenamento do mundo a partir da tecnologia, se considerarmos que o conceito de:

. . . *smart* se refere a qualquer tecnologia avançada a ser implementada em cidades com o objetivo de otimizar o uso de seus recursos, produzir novas riquezas, mudar o comportamento dos usuários ou prometer novos tipos de ganho no que se refere por exemplo, a flexibilidade, a segurança e a sustentabilidade – ganhos que decorrem essencialmente do ciclo de retroalimentação inerente à implementação e ao uso de dispositivos inteligentes providos de conectividade, sensores e/ou telas. (Morozov & Bria, 2019, p. 21)

O conceito de *smart city* torna-se um exemplo perfeito de *storytelling* corporativo: “despida de toda política e de vozes de contestação, essas narrativas celebram a marcha inexorável do progresso e da inovação, bastante acelerada pelo engenho e pela inventividade do setor privado” (Morozov & Bria, 2019, p. 25). Quando empresas como a Uber, constituídas a partir do avanço e das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, promovem o slogan “Nós damos partida na oportunidade, colocando o mundo em movimento”³ evidenciam significação relativa ao movimento de produção contínuo, sem qualquer tipo de pausa ou interrupção. O resultado é a exaustão dos sentidos e o consequente esvaziamento de toda forma de divergência.

Na cidade neoliberal e inteligente, rankings, tabelas de competitividade e pontuações comparativas ganham destaque. A quantificação do desempenho de todo tipo de valor produtivo, incluindo o valor humano, justifica-se pelo benefício de torná-los mais confiáveis, competitivos e administráveis.

Neste cenário, dois processos são evidenciados: de um lado, a contratação de agentes particulares para atribuições até então reservadas a instituições públicas; de outro, a injeção de capital financeiro privado no gerenciamento,

³No original: “We ignite opportunity by setting the world in motion”. Tradução dos autores.

na manutenção e na construção de infraestruturas públicas. “Ambas possuem conexões significativas com a pauta das *smart cities*, já que dependem de uma vasta infraestrutura de coleta, de análise e de manejo de dados para que deem certo e se proliferem” (Morozov & Bria, 2019, p. 43).

Vimos o quanto o cidadão é cooptado para se manter conectado, isso também pode ser aplicado às cidades: “quanto mais serviços elas subcontratam e quanto mais elas privatizam a infraestrutura, mais precisam da assistência de companhias como o Google para fazer funcionar o que quer que tenha sobrado de recursos e de bens sob controle público” (Morozov & Bria, 2019, p. 67).

Neste cenário, os modelos políticos e econômicos sobre os quais a maior parte das cidades estão assentadas deixam de ser determinados de maneira local e passam a servir às demandas globalmente conectadas, a partir de um sofisticado sistema capitalista neoliberal do tipo empresarial e de um capital que se constrói através da especulação financeira. Talvez tenhamos boas razões para (re)pensar o espírito rebelde das cidades (Harvey, 2014), em desagravo ao ideal de cidade inteligente, mas também é necessário ter consciência dos limites dessa rebeldia, em especial se desligada de agentes não urbanos.

Na prática, a soberania tecnológica também deveria significar a habilidade de cidades e cidadãos de organizarem seus interesses de acordo com os princípios para além do que o filósofo Roberto Mangabeira Unger chama de “ditadura da falta de alternativas” e que é lentamente imposto pelos proponentes do pensamento neoliberal pela porta dos fundos dos mecanismos de métricas e de quantificação. (Morozov & Bria, 2019, p. 84)

Considerando a relevância desses mecanismos de avaliação e, consequentemente, a organização individual e coletiva, não há como deixar de fora a natureza dessas novas relações sociais estabelecidas por uma ordem dataficação e o papel característico das instituições midiáticas na sustentação dessa ordem (Couldry, 2000).

Em suma, os processos de dataficação envolvem a tradução de valores de uma dada organização no mundo social em medidas analíticas; após essa medição, o processo deve ser convertido novamente em algo que faça sentido em termos de valores dessa organização. Em outras palavras, não é apenas a coleta de dados, mas “a tomada de decisões a partir desses dados, baseando-se quase que exclusivamente em processos automatizados de cálculo chamados de algoritmos” (Couldry, 2019, p. 420). Os dados são coletados por um motivo, e esse motivo pode levar a discriminação econômica e social.

A era do *Big Data* tem implicações determinantes no processamento de dados para a construção social da realidade. “Podemos dizer que as plataformas de mídias sociais e as corporações que são donas delas adquiriram o poder de enquadrar o mundo social e, por meio disso, nomear o que acontece nele, além de categorizar tudo, ou seja, ordenar por meio de seus algoritmos” (Couldry, 2019, p. 423). Neste sentido, todos, não somente os usuários comuns das plataformas sociais, são afetados pelos dados, principalmente as consequências categorizações geradas por esses dispositivos, disseminadas pelas redes de empregadores, universidades, partidos políticos e governos, fomentando o imaginário de que os dados são o reflexo de uma realidade incontestável.

O sujeito conectado vive em um “tempo sem tempo”, e isso reflete sua inadequação, dada sua movimentação confusa e irregular. Por isso, a comunicação e o consumo assumem papéis importantes na administração e controle desses movimentos: os ritmos do consumo reforçados pela tecnologia são inseparáveis de uma exigência cada vez maior de autoadministração contínua. As estatísticas têm a função de classificar, organizar e definir procedimentos para a população; já no âmbito da dataficação, os algoritmos atuam junto a cada sujeito conectado, apresentando um mundo e propondo caminhos a seguir, a partir das informações propiciadas pelo próprio sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos transformações no ordenamento da vida social na passagem da cidade moderna para a pós-moderna a partir das inter-relações comunicação e consumo e chegamos ao imperativo dos dados enquanto elemento-chave para refletir sobre as biopolíticas contemporâneas.

O conceito, desenvolvido por Foucault, pode ser entendido como “a maneira pela qual se tentou, desde o início do século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças ...” (Foucault, 1997, p. 89). Trata-se, pois, de uma biopolítica relativa às populações, de modo que “as técnicas disciplinares de poder visam o corpo para formá-lo e parcelá-lo” (Lemke, 2018, p. 132). Na pós-modernidade, no entanto, as biotecnologias permitem uma decomposição e uma recomposição do corpo, constituindo-se “numa política molecular que inaugura uma visão genética dos indivíduos” (Lemke, 2018, p. 132). Se em sua gênese o termo biopolítica referia-se aos problemas específicos da vida e da população colocados no interior de uma tecnologia de governo, esse governo, hoje, encontra-se administrado por regras e métricas mercadológicas.

A partir disso, inferimos uma transição do papel das estatísticas, próprias de um processo administrativo, para a consolidação dos dados enquanto princípios reguladores próprios do empreendedorismo neoliberal, baseado em métricas e performances.

A biopolítica emerge, então, “como vida posta a trabalhar e, portanto, como política ativada para organizar as condições e o controle da exploração social na dimensão inteira da vida” (Negri, 2016, p. 93). Se na biopolítica o social é subsumido pelo capital, podemos inferir que a passagem da sociedade disciplinar (do governo das estatísticas) para a sociedade de controle (do governo dos dados), produção e resistência se organizam por meio de modos de vida. Tanto o sujeito quanto o Estado são atravessados pela pressão tecnológica e financeira do mercado que penetra as relações humanas. Mas o humano se agita, se move, se transforma.

Na modernidade da belle époque analisada por Benjamin identificamos a manifestação de um novo sensorio característico da sociedade de consumo e no *flâneur*, uma forma de protesto contra o ritmo imposto pelo capital, assim como uma reorganização da base produtiva e a transformação profunda nos meios de vida, além das revoluções sociais que chegaram tanto na Europa quanto nos países em desenvolvimento impulsionadas pela Revolução Industrial. A cidade e a vida urbana tornaram-se objetos de estudo e reflexão. E a rua – elemento central dessa cidade moderna, palco de modos de vida e metonímia da cidade – torna-se um espaço de consolidação do capitalismo e também de exclusões sociais. Na rua, o *flâneur* e o transeunte se encontram e começam a andar em ritmo acelerado.

Quando a fábrica dá lugar à sociedade informatizada e esta é colocada sob controle do capital financeiro, desponta uma socialização do tipo capitalista, a qual opera por meio de processos (exploratórios) que se tornaram sociais (Negri, 2016). Se rejeitamos a concepção de cidade rigidamente estratificada por uma ocupação de classe, em vez disso, surge um individualismo disseminado em que as marcas e a distinção sociais são conferidas não tanto pelas posses, mas pela performance dos dados. Neste novo regime biopolítico, o indivíduo é o único responsável por seu destino, tendo a sua própria subjetividade questionada por um conjunto de forças antes representadas por um mar de gente e agora por um oceano de dados.

Se na modernidade as estatísticas serviam como instrumento de administração e gerenciamento da população, em conformidade com uma produção e urbanidade aceleradas e pujantes; na pós-modernidade, os dados são recursos utilizados para o ordenamento da vida social e constituição de subjetividades diante de uma desindustrialização que corre em ritmo acelerado, uma economia financeirizada que toma forma no capital improdutivo (Dowbor, 2017),

ou seja, o lucro não advém do investimento em infraestrutura e produção e sim da especulação e das aplicações bancárias. Neste cenário, a cultura também torna-se um ativo socioeconômico. O social, por sua vez, parece perder-se em meio à distinção entre conexão (humana) e à conectividade (automatizada).

Em um mundo cada vez mais moldado por cálculos ocultos automatizados e discriminatórios, “com certeza haverá um papel e uma necessidade ainda maior para as produções imaginativas das indústrias midiáticas, como intérpretes das mudanças que estão ocorrendo” (Couldry, 2019, p. 429). Seria o poder da mídia um dos recursos para nos ajudar a imaginar algo diferente de uma sociedade gerida exclusivamente pela força dos dados?

Se pensarmos na mídia em um campo mais amplo, o da comunicação, talvez isso tenha mais relevância. Para Cohn (2001), a forma manifesta da sociedade da informação é a da seleção, comandada pela disjunção “ou” e sua orientação, portanto, é a da seleção/exclusão. Isso contrasta com a comunicação, que é fundamentalmente um processo de adição. E, neste sentido, a comunicação opera no interior dos recortes estabelecidos pela informação, podendo, assim, traduzir os signos do consumo em uma sociedade neoliberal e tecnológica e conferir novos sentidos a eles. A contemplação do *flâneur*, a exclusão social evidenciada nas ruas da São Paulo moderna, bem como o ativismo nas redes sociais na contemporaneidade sinalizam possibilidades de resistência e de outras formas de existir, que escapam em certa medida aos ordenamentos biopolíticos, sejam eles estatísticos ou datafificados.

Apesar das possibilidades de resistência, somos afetados não apenas pela mudança de lugar, de época ou pela ligação com o outro, mas também pelos aparatos técnicos de pensamento e ação: “as práticas contemporâneas de subjetivação colocam em jogo um ser que deve ser anexado a um projeto de identidade ..., no qual a vida e suas contingências adquirem significados na medida em que podem ser construídas como um produto de escolhas pessoais” (Rose, 2011, p. 271). Assim, espaços seguros de interioridade se desfazem e somos tomados pela descontinuidade que essas escolhas podem sugerir e, de forma simultânea, contestar as formas rígidas de enquadramento e inventar a nós mesmos de forma diferente. ■

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W. (1991a). A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In F. R. Kothe (Org.), *Walter Benjamin: Sociologia* (pp. 44-92). Ática.
- Benjamin, W. (1991b). Paris, capital do século XIX. In F. R. Kothe (Org.), *Walter Benjamin: Sociologia* (pp. 30-43). Ática.

- Benjamin, W. (1994) Sobre alguns temas em Baudelaire. In W. Benjamin, *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo* (pp. 103-149). Brasiliense.
- Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Companhia das Letras.
- Carone, E. (2002). Prefácio. In M. M. Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)* (pp. 9-11). Senac.
- Cohn, G. (2001). Qual é a forma da sociedade da informação? In A. Fausto Neto, J. L. A. Prado, S. D. Porto & A. Hohfeldt (Orgs.), *Práticas midiáticas e espaço público* (pp. 15-22). EDIPUCRS.
- Couldry, N. (2000). *The place of media power: Pilgrims and witnesses of the media age*. Routledge.
- Couldry, N. (2019). Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: Reflexões sobre o papel da mídia na ordem social. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 16(47), 407-431. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v16i47.2126>
- Crary, J. (2014). *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono*. Cosac Naify.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Douglas, M., & Isherwood, B. (2006). *O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo*. Editora UFRJ.
- Dowbor, L. (2017). *A era do capital improdutivo*. Autonomia Literária.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (7a ed.). Graal.
- Foucault, M. (1997). *Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Zahar.
- Foucault, M. (2001). *Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas* (3a ed.). PUC; Nau.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Frehse, F. (2011). Introdução. In F. Frehse, *Ô da rua!: O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo* (pp. 19-31). Edusp.
- Harvey, D. (2009). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.
- Hobsbawm, E. (2009). *A era das revoluções (1789-1848)*. Paz e Terra.
- Koselleck, R. (2006). Modernidade: Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In R. Koselleck, *Futuro passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos* (pp. 267-303). Contraponto; Ed. PUC-Rio.
- Lemke, T. (2018). *Biopolítica: Críticas, debates, perspectivas*. Politéia.

- Loureiro, E. (2015, 29 de maio). O café e a tartaruga. *São Paulo Passado*.
<https://bit.ly/3b48wMM>
- Morozov, E., & Bria, F. (2019). *A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia*. Ubu.
- Negri, A. (2016). *Quando e como eu li Foucault*. n-1.
- Pinto, E. X., & Oliveira, N. P. (2007). *A importância do outdoor como meio de comunicação de massa e como mídia exterior* [Apresentação de trabalho]. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP, Brasil.
- Rabinow, P., & Rose, N. (2006). O conceito de biopoder hoje. *Política & Trabalho*, 24, 27-57. <https://bit.ly/3mSizXC>
- Restaurante e Café Guarany. (1900, 3 de junho). [Anúncio de restaurante]. *Correio Paulistano*, 13.201, 3. <https://bit.ly/3xy8xzQ>
- Revel, J. (2005). Biopolítica. In J. Revel, *Michel Foucault: Conceitos essenciais* (pp. 26-28). Claraluz.
- Rocha, E., Frid, M., & Corbo, W. (2016). *O paraíso do consumo: Émile Zola, a magia e os grandes magazines*. Mauad.
- Rocha, E., Pereira, C., & Aucar, B. (2013). Os anúncios nas revistas ilustradas: Imaginário e valores brasileiros no início do século XX. In E. Rocha & C. Pereira (Eds.), *Cultura e imaginação publicitária* (pp. 41-68). Ed. PUC-Rio; Mauad.
- Rose, N. (2011). Agenciando nossos selfs. In N. Rose, *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade* (pp. 234-273). Vozes.
- Sevcenko, N. (1992). *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras.
- Simmel, G. (2005). As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2), 577-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>
- Wisnik, G. (2018). *Dentro do nevoeiro*. Ubu.

Artigo recebido em 22 de junho de 2021 e aprovado em 16 de maio de 2022.